Art. 4.º Fica o Governo de Macau autorizado a abrir um crédito especial de 3 000 000\$ destinado a reforçar a verba de «Despesas eventuais — Não especificadas — A pagar na metrópole», do orçamento geral em vigor, tomando como contrapartida o saldo das contas de exercícios findos.

Art. 5.º A designação funcional de cirurgião-traumatologista do quadro complementar de cirurgiões, especialistas e internistas de Macau é substituída pela de ortopedista.

Art. 6.º É elevado de 50 por cento o limite máximo fixado pelo artigo 12.º do Decreto n.º 45 412, de 7 de Dezembro de 1968.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Maio de 1966. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola, Moçambique e Macau. — *J. da Silva Cunha*.

Decreto n.º 46 992

A actividade mineira no ultramar, embora entregue à iniciativa privada, exige, por vezes, que o Estado tome, em algumas empresas, posição accionista ou de financiamento que permita uma intervenção mais directa na conveniente exploração de determinados minérios.

Esta orientação, já concretizada nos planos de fomento, vem permitindo que nos últimos anos aumente em ritmo crescente a extracção de minérios em zonas de reconhecida riqueza potencial.

Tendo-se verificado ser oportuna e vantajosa a participação da província de Angola nos empreendimentos levados a efeito pela Companhia do Manganés de Angola;

Atendendo ao que nesse sentido foi proposto pelo respectivo Governo-Geral;

Tendo em vista a urgência e nos termos do disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição Política Portuguesa;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Fica a província de Angola autorizada a subscrever acções ou obrigações da Companhia do Man-

ganés de Angola, S. A. R. L., até ao montante de 10 000 000\$.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Maio de 1966. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Primário

Decreto-Lei n.º 46 993

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do Decreto n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952, é autorizado o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar, proveniente do legado do benemérito António Marques, a importância de 300 000\$ para fundo de manutenção da Cantina Escolar de António Marques, anexa às escolas do núcleo e freguesia de Carvoeiro, concelho de Mação.

Art. 2.º A administração da cantina é autónoma e será confiada a uma comissão de, pelo menos, três membros nomeada pelo Ministro da Educação Nacional. Farão parte da comissão um representante da família do benemérito, como presidente, e dois agentes de ensino, como vogais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Maio de 1966. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Jorge Martins da Mota Veiga* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *Inocêncio Galvão Teles* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Francisco Pereira Neto de Carvalho*.